

B.1. Las gentes del mar: Comportamientos demográficos y familiares.

1. “Comportamientos sociodemográficos de las gentes del mar de Cantabria a mediados del siglo XVIII”

Miguel Ángel Sánchez Gómez
Universidad de Cantabria
miguel.sanchez@unican.es

Resumen:

Basada en los datos que aporta el Catastro de Ensenada de las villas de San Vicente de la Barquera, Laredo y Santander (unas 700 familias, aproximadamente).

2. “A fixação de uma comunidade piscatória galega em Vila Praia de Âncora. Abordagem de comportamentos demográficos no séc. XIX”

Maria Aurora Botão Pereira do Rego
Universidade do Minho (Portugal)
aurorarego@gmail.com

Resumo:

A freguesia de Santa Marinha de Gontinhães, localizada no concelho de Caminha e distrito de Viana do Castelo, apresenta-se durante os séculos XVII-XVIII como uma freguesia de características rurais. O seu núcleo comunitário situa-se a 1,5 km do mar e a sua economia gira em torno da agricultura. Será a partir do segundo quartel do século XIX que a sua dinâmica demográfica ancestral se desenvolve e incrementa, graças ao aparecimento de dois novos motores económicos: os banhos terapêuticos e a pesca. O centro de gravidade começa a orientar-se, então, em direcção ao mar.

Os banhos terapêuticos, recomendados à nova sociedade burguesa, conduziram à construção de residências na orla costeira, ao aparecimento do comércio e ao desenvolvimento de novas vias de acesso que aportaram uma nova visibilidade à humilde freguesia tradicional. A pesca local, segundo relatos do século XVIII, era inexistente ou levada a cabo através de processos rudimentares. Acrescentam ainda que Gontinhães possuía uma baía com condições para acolher embarcações galegas em épocas de tempestade, praticando-se algum comércio transfronteiriço.

Porém em 1825 e segundo a Reconstituição da Paróquia realizada desde 1623, surge-nos o primeiro pescador de facto. Trata-se de António Verde, natural de La Guardia, pioneiro da actividade e da fixação de uma pequena colónia de pescadores galegos. Paulatinamente, outras famílias de origem galega (Ferrol, Marin, Guardia, Tui, Vilagarcia, Redondela, Santiago, etc.) se vão juntando e aglomerando, levando à consolidação da actividade da pesca e de uma comunidade de características muito próprias. Será neste contexto que abordaremos alguns comportamentos demográficos desta comunidade piscatória desde a sua fixação e consolidação ao longo do século XIX.

3. “Viver no litoral de costas voltadas para o mar.”

Características demográficas e sociais de duas comunidades litorais do Alto Minho, na viragem do século XVIII para o XIX”

Emília Pereira Lagido
Universidade do Minho (Portugal)
elagido@hotmail.com

Resumo:

Santa Maria de Âncora e Areosa são duas comunidades rurais, localizadas no litoral alto minhoto, que vivem de costas voltadas para o mar. Região de minifúndio, a posse da terra é essencial para a ascensão social. Contudo, a sua escassez e dispersão impelia os elementos masculinos destas paróquias em busca de outras fontes de rendimento para complementar os magros proventos familiares. Desprezando os recursos que o mar lhes podia oferecer, preferem partir para longe em direcção ao sul e interior do território português, para Espanha e, até, para o Brasil, utilizando, em algumas ocasiões, o mar como via de comunicação.

As saídas masculinas condicionavam fortemente a demografia e conferiam um papel preponderante às mulheres na organização económica e até social destas comunidades rurais. As mulheres, substituindo os homens que tinham partido, dedicavam-se à agricultura, utilizando na fertilização dos solos o sargaço, único recurso do mar a ser explorado por estas comunidades. Então, nos meses de Verão, olhavam para o mar, entravam nas suas águas para lhes arrancar o adubo que iria fecundar as terras, garantindo-lhes o sustento familiar. De costas voltadas para o mar, estas comunidades rurais acabam por utilizá-lo como complemento à actividade agrícola.

4. “Comunidades marítimas da ilha do Pico (Açores): comportamentos demográficos e estrutura familiar (séculos XVIII e XIX)”

Carlota Maria Fernandes dos Santos
Universidade do Minho (Portugal)
csantos@neps.ics.uminho.pt

Resumo:

Aplicando a metodologia de “reconstituição de paróquias”, construímos uma base de dados demográfica para o município da Madalena (Ilha do Pico-Açores) permitindo o estudo microanalítico das suas populações num período plurissecular. A informação individual e familiar proveniente dos registos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos foi posteriormente cruzada com os dados fornecidos pelos Mapas de População, elaborados pelas entidades eclesiásticas no ano de 1838, referindo os vários elementos de cada agregado doméstico, suas idades e profissão do chefe de família.

Tratando-se de uma sociedade insular com forte representatividade de trabalhadores marítimos pretendemos analisar, na presente comunicação, os comportamentos demográficos observados nestas comunidades, destacando a sua especificidade relativamente aos restantes estratos sociais. No mesmo sentido, os elementos proporcionados pelos Mapas de 1838 viabilizam uma análise comparativa da composição dos respectivos agregados domésticos, determinada por comportamentos demográficos diferenciais e por práticas socioculturais particulares.

**5. “A assistência à infância abandonada no Noroeste Peninsular.
Instituições, quadros normativos, estratégias familiares e circulação de crianças
entre o Minho e a Galiza nos séculos XVIII a XX”**

Teodoro Afonso da Fonte
Universidade do Minho (Portugal)
teofonte@sapo.pt

Resumo:

Com este trabalho de investigação pretendemos comparar os modelos assistenciais de apoio às crianças que eram expostas na Galiza (Espanha) e no Minho (Portugal). Partindo da análise dos quadros normativos que regulamentaram todo o sistema assistencial no Noroeste Peninsular, avaliaremos a importância das instituições e dos mecanismos de acolhimento das crianças nesta região ibérica, centralizado nas Inclusas (Galiza) e nas Casas da Roda (Minho).

Após este enquadramento jurídico-institucional, abordaremos o fenómeno da circulação de crianças entre estas duas regiões, naquilo que poderemos considerar como uma estratégia familiar sem fronteiras. Na verdade, ao longo do período em análise, encontramos crianças da Galiza expostas no Minho e crianças do Minho expostas na Galiza.

**6. “Os marítimos da ilha de S. Jorge (Açores) no século XIX:
reflexões em torno das práticas de estruturação familiar e sistemas de herança”**

Paulo Lopes Matos
plmatos@gmail.com

Resumen:

No arquipélago dos Açores, colonizado em meados do século XV, o mar e seus recursos confundem-se com o quotidiano das populações locais. Apesar da pesca não se ter assumido com uma actividade estruturante da economia insular desempenhou, contudo, uma relevância apreciável em determinadas comunidades, como é o caso da ilha de S. Jorge, uma das mais periféricas do arquipélago.

Com base num variado acervo documental, entre o qual se contam recenseamentos de marítimos (1806), róis de confessados e testamentos, propomo-nos analisar as principais comunidades piscatórias da ilha no que respeita às principais formas de estruturação doméstica em contraposição com os restantes grupos sociais. Da mesma forma os sistemas matrimoniais prevaletentes e práticas sucessórias serão abordados pretendendo-se aferir eventuais especificidades deste grupo. Para este efeito servimo-nos, também, de algumas bases de dados de famílias que nos permitirão acompanhar várias trajectórias de vida.

**7. “La movilidad de la población portuguesa en el siglo XVIII:
la inmigración en la capital del Reino”**

Domingo González Lopo
Universidad de Santiago de Compostela
hmenrlop@usc.es

Resumen:

Lisboa, destino tradicional en las migraciones interiores portuguesas, experimenta un fuerte crecimiento durante el siglo XVIII, en especial en su segunda mitad -a pesar del hiato que supone el fuerte impacto del terremoto de 1755- consecuencia de su progresiva relevancia como puerto comercial al que no fue ajeno el despuntar del Brasil que, gracias al oro, se convirtió en la joya de la corona portuguesa. Su creciente atractivo la convertirá en destino de una inmigración creciente, tanto masculina como femenina. Sobre sus características y evolución en el tiempo versa la presente comunicación, cuyo fundamento son varias calas realizadas en los libros de admisión de enfermos de los Hospitales de Todos Os Santos y San José de la ciudad de Lisboa entre 1715 y 1780.

8. “Población y dinámicas demográficas en la “provincia marítima” de la Sierra del Segura albacetense en el siglo XVIII”

M^a Pilar Molina Gómez
Universidad de Castilla-La Mancha
MariaPilar.Molina@uclm.es

Resumen:

El propósito de esta comunicación se centra en el análisis de las estructuras y mecanismos demográficos reguladores del desarrollo poblacional, así como la evolución que experimentan, en la Sierra del Segura del siglo XVIII. La integración de esta serranía del suroeste de Albacete a la denominada “provincia marítima” de Segura se produce a partir de unas políticas forestales en las que la necesidad maderera se concreta en las Ordenanzas de Montes de la Marina de 1748. Ello implica, paradójicamente, la creación de una provincia marítima en una zona de interior, entre los reinos de Jaén y Murcia, en la que se localizan bosques maderables próximos a ríos navegables, concretamente el Guadalquivir y el Segura.

En este marco geográfico delimitado, y a través de los censos y recuentos poblacionales de la Edad Moderna, de los libros sacramentales (nacimientos, bautismos y defunciones), del Catastro del Marqués de la Ensenada de 1752 y del Censo de Floridablanca de 1787, estudiaremos la evolución de los efectivos demográficos y variables como la natalidad, mortalidad y nupcialidad en una sociedad de marcado carácter rural. Además de ello, al situarnos en una zona de interior pero integrada, gracias a las políticas forestales, en una provincia marítima, podremos observar los diferentes comportamientos demográficos existentes entre aquellas zonas más dependientes del mar y aquellas otras en las que el influjo marítimo llega mucho más diluido por la lejanía de la costa.

El estudio de la población y de sus variables demográficas es, por tanto, algo fundamental no sólo para determinar más profundamente el marco estructural en el que se desarrollan las interacciones y actuaciones de los individuos, sino también para conocer las influencias de las diversas variables del espacio en el que habitan.

9. “Un observatorio de la evolución demográfica y económica del litoral peninsular”

Resumen:

La renta del Voto de Santiago, percibida por el cabildo catedralicio y el arzobispo compostelanos, junto con otros perceptores minoritarios, constituye un excelente observatorio de la evolución de la población y de la producción de los territorios castellanos. Empleadas por la autora con otros objetivos en trabajos anteriores, en esta comunicación se pretende presentar y valorar las series derivadas del cobro de esa renta -pagada por vecinos o por productores según las zonas- desde este otro punto de vista, haciendo hincapié de modo especial en el siglo XVII -más falto de fuentes documentales que los otros dos de la Edad Moderna- y en las diferencias territoriales, en especial las existentes entre la franja marítima y el interior, entre la zona mediterránea del sureste, la atlántica sud-occidental y la atlántica nor-occidental.